

Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire

*Conscientization: theory and practice of liberation: an introduction
to Paulo Freire's thought*

*Concientización: teoría y práctica de la liberación: una introducción
al pensamiento de Paulo Freire*

Rangel Ramos Silva¹

<https://orcid.org/0000-0002-2814-639X>

¹ Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro, Paracatu, Minas Gerais – Brasil. E-mail: rangelramos@iftm.edu.br.

"Quero aprender a ler e a escrever para mudar o mundo", afirma um analfabeto, para quem, com razão, conhecer é atuar sobre a realidade conhecida.

FREIRE, 1979, p. 23.

Resumo

O livro *Conscientização: teoria e prática da libertação* (1979), de Paulo Freire, apresenta conceitos para a libertação do indivíduo por meio da consciência trabalhada pela alfabetização. O texto relata sucintamente a biografia do autor, explicita a relevância do diálogo e o conhecimento em um contexto social, do desenvolvimento da criticidade e da práxis para o alcance da libertação de uma sociedade marginalizada e oprimida, com apoio na conscientização para tanto. O livro é dividido em três seções, as quais se descrevem, respectivamente, como o homem e sua experiência, alfabetização e conscientização e práxis da libertação, cujos encaminhamentos nos conduzem para a compreensão da necessidade de desenvolver, no indivíduo, o olhar crítico como forma de alcançar a liberdade e se tornar um ser social ativo, transcendente à alfabetização, a qual fomentará a autocrítica e a evolução pessoal.

Palavras-chave: Alfabetização. Educação. Espírito crítico. Filosofia freiriana. Libertação.

Abstract

The book Conscientização: teoria e prática da libertação (1979), by Paulo Freire, presents concepts for the liberation of the individual through consciousness worked through literacy. The text succinctly reports the author's biography, explains the relevance of dialogue and knowledge in a social context, the development of criticality and praxis to achieve the liberation



of a marginalized and oppressed society, with support in raising awareness for this. The book is divided into three sections, which are described, respectively, as man and his experience, literacy and awareness and the practice of liberation, whose referrals lead us to the understanding of the need to develop, in the individual, the critical eye as a way of to achieve freedom and become an active social being, transcendent to literacy, which will foster self-criticism and personal evolution.

Keywords: *Literacy. Education. Critical Spirit. Freirian Philosophy. Liberation.*

Resumen

El libro Conscientização: teoria e prática da libertação (1979), de Paulo Freire, presenta conceptos para la liberación del individuo a través de la conciencia trabajada por la alfabetización. El texto relata sucintamente la biografía del autor, demuestra la relevancia del diálogo y del conocimiento en un contexto social, del desarrollo de la criticidad y de la praxis para lograr la liberación de una sociedad marginada y oprimida, con apoyo en la sensibilización para ello. El libro se divide en tres secciones, las cuales se describen, respectivamente, como el hombre y su experiencia, la alfabetización y la conciencia y la práctica de la liberación, cuyos referentes nos conducen a la comprensión de la necesidad de desarrollar, en el individuo, la mirada crítica como una forma de alcanzar la libertad y convertirse en un ser social activo, trascendente a la alfabetización, que fomentará la autocrítica y la evolución personal.

Palabras clave: *Literatura. Educación. Espíritu Crítico. Filosofía Freireana. Liberación.*

O texto de Paulo Freire (1921-1997), intitulado *Conscientização: teoria e prática da Libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*, traduzido por Kátia de Mello e Silva, em 1979, contém 53 páginas e exhibe, além da apresentação do Diretor da Associação de Publicações Educativas, Cecílio de Lora S. M., o prólogo desenvolvido pela Equipe do Institut Oecuménique au Service du Développement des Peuples (INODEP) ou, em tradução livre para o português, Instituto Ecumênico para o Desenvolvimento dos Povos, uma estrutura dividida em três seções, as quais se descrevem, respectivamente, como o homem e sua experiência, alfabetização e conscientização e práxis da libertação.

Na apresentação, tem-se a abertura do texto, de forma que se possa entender a grandiosidade daquilo que será posto. Para Cecílio de Lora, “como latino-americanos e cristãos, não podemos embarcar na leitura destas páginas sem uma firme decisão de vivê-las” (FREIRE, 1979, p. 7). Para a equipe do INODEP, Freire é “uma presença que torna viva e expressiva a ‘cultura do silêncio’, à qual, sob pena de suicídio coletivo, é preciso darmos a palavra” (FREIRE, 1979, p. 8). Já nas partes iniciais do livro é possível se deparar com a responsabilidade e o privilégio de poder absorver o conhecimento dele advindo, preparando-se

para as provocações de reflexão recorrentes, tanto sob o aspecto educacional quanto o social em um contexto amplo.

Na primeira seção, Paulo Freire fala de si mesmo, apresenta seu histórico de vida pessoal, sua experiência como homem em sociedade e como agente de formação no sistema educacional. Nascido em 1921, em Recife, filho de pai militar, espírita e mãe “católica, doce, boa, justa” (FREIRE, 1979, p. 9), como ele mesmo descreve, aos 15 anos ingressou no ginásio com grandes dificuldades pelo pouco conhecimento da linguagem, mas aos 20 anos tornou-se professor do ginásio colegial, atividade que lhe permitiu conciliar sua satisfação no estudo da língua portuguesa com o sustento da família. Freire relata que, “como professor de Português, satisfazia o gosto especial que tinha pelo estudo da [...] língua, ao mesmo tempo em que ajudava [...] os irmãos mais velhos na sustentação da família” (FREIRE, 1979, p. 9). Casou-se aos 23 anos, tendo como frutos de seu matrimônio três filhas e dois filhos, aos quais atribui a ampliação da sua área dialogal.

À sua esposa, Elza Maia Costa de Oliveira (1916-1986), também confere a responsabilidade pelo seu desenvolvimento; diante de suas honrosas características, Freire se viu estimulado a estudar mais Educação, Filosofia e Sociologia da Educação, deixando em segundo plano o Direito, ao qual já se havia iniciado anteriormente, tendo sua carreira como advogado curta, a qual abandonou logo após a defesa de sua primeira causa. Foi trabalhando em um departamento social, no entanto, que ele teve as primeiras experiências que o levaram ao método de ensino que iniciou em 1961.

Freire conta que, em 1964, o histórico Golpe de Estado “não só deteve todo [...] esforço [...] no campo da educação de adultos e da cultura popular” (FREIRE, 1979, p. 10), como sua própria liberdade foi-lhe tirada pelo período de 70 dias, assim como a outros que compartilhavam dos mesmos esforços. Diante dos interrogatórios, acredita-se que buscavam provar que Freire detinha absoluta ignorância e que seus métodos se associavam àqueles historicamente desumanos e irracionais, vinculados a nomes como Hitler, Stalin e outros de pensamentos e atitudes semelhantes. Nem ódio, nem desespero o acompanharam, contudo, e o que se concluiu foi que uma onda de irracionalismo se estendia sobre todos naquele período. Essa afirmativa amplia a possibilidade de inferências, já que o irracionalismo, em uma percepção mais cética de sua sinceridade, pode simplesmente negar a realidade material no campo da consciência para garantir seu domínio no campo factual.

O movimento idealizado por Paulo Freire teve início em 1962 na região Nordeste brasileira, a mais pobre do Brasil, na qual, dos 25 milhões de habitantes, 15 milhões eram analfabetos. Os resultados obtidos impressionaram a opinião pública e logo receberam apoio do governo federal. Segundo Freire, “começava, a nível nacional, uma campanha de alfabetização que haveria de alcançar primeiro as zonas urbanas, para estender-se imediatamente aos setores rurais” (FREIRE, 1979, p. 11). Assim, tão crescentes foram os trabalhos, que o Plano de Ação de 1964 previa a formação de cerca de dois milhões de alunos por meio de 20.000 chamados *círculos de cultura*. Esses círculos são o método criado por Paulo Freire partindo-se do pressuposto da constituição do conhecimento com vistas ao diálogo como algo basilar e indispensável no exercício da pedagogia democrática. Nesses espaços, há a promoção da participação, do respeito e da construção contínua em um ambiente em que se aprende e se ensina, despertando a construção do conhecimento por meio da coletividade e do compartilhamento de experiências vividas.

Grupos reacionários, no entanto, acusavam Paulo Freire, pois não acreditavam que um educador católico poderia representar os oprimidos. Esses grupos “confundiram sistematicamente, em suas acusações, a política com o educador” (FREIRE, 1979, p. 10). Havia ódio pelo comunismo e suas ideias. Começaram, então, a atacar o movimento de democratização da cultura, entendendo que a pedagogia da liberdade era, por si só, a fonte da rebeldia. Ainda, diante do Golpe de Estado, pôde-se perceber a resistência à mudança que a alfabetização traria no cenário político, uma vez que ampliaria o número de eleitores. Nesse mesmo contexto, conta-se que o projeto de Getúlio Vargas, que considerava eleitores todas as pessoas inscritas nos organismos de Previdência Social, recebeu intensas críticas, pois a abertura da participação política e do direito de voto aos analfabetos poderia significar o início de uma verdadeira democracia e a consequente perda de privilégios adquiridos por certos grupos que lideravam o país.

Naquele período, podia-se perceber que o educador em cena preocupava-se em formar aquelas grandes massas que estavam esquecidas e fora da história, enquanto os políticos viam o Movimento de Educação Popular e a pedagogia ali aplicada, que promoveria a alfabetização de grande população em pouco tempo, como um fermento da revolução, não se preocupando com o desejo tão antigo de formar as massas, mas, sim, com a impossibilidade de futuramente manter-se a já conhecida manipulação eleitoral. Esses fatos não se distanciam dos dias atuais, quando se analisam os programas educacionais governamentais que estimulam a formação de

trabalhadores, mas não de pesquisadores ou cidadãos críticos. Como exemplo tem-se o chamado “Novo Ensino Médio”, que propõe uma reforma na educação básica, não no sentido de ampliar os conhecimentos dos estudantes em uma concepção de omnilateralidade, mas trazendo consigo uma obrigatoriedade de escolha, paramentada de autonomia, a jovens inexperientes que deverão tomar decisões imediatas, sob uma ótica generalista, que impactarão no seu futuro educacional e profissional, diminuindo a amplitude de conhecimento, que permite o desenvolvimento da criticidade. Essa carência de questionamentos e autodefesa, por não se ter a consciência da totalidade que envolve o aprendizado em sala de aula e seu impacto na vida social, e vice-versa, era o objeto de luta de Paulo Freire, o que o relacionava intimamente com a ascensão popular no que tange à libertação.

Diferentemente do que ocorreu no Brasil, no Chile, de acordo com Freire (1979), o seu método foi adotado em todos os programas oficiais de alfabetização após embates políticos, e os resultados foram tão expressivos, que em apenas dois anos o país atraiu olhares internacionais, recebendo, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), uma distinção que o apontou como uma das cinco nações que melhor superaram o analfabetismo.

Na segunda seção do livro, após apresentada sua biografia e o breve histórico da experiência, o autor trata a temática da alfabetização e conscientização, destacando claramente que, embora a conscientização seja o foco central de suas ideias, pois ele acredita que “a educação, como prática da liberdade, é um ato de conhecimento, uma aproximação crítica da realidade” (FREIRE, 1979, p. 15), esse termo foi trazido “por um grupo de professores do Instituto Superior de Estudos Brasileiros” (ISEB), órgão criado em 1955, no Rio de Janeiro, vinculado ao Ministério da Educação e Cultura e difundido e traduzido para outros idiomas por Hélder Câmara (1909-1999). Estreitando o tema, porém, Freire pontua que a conscientização requer que ultrapassemos a apreensão espontânea da realidade e alcancemos uma percepção crítica, na qual a realidade se expressa em um objeto que pode ser conhecido e para o qual o homem assume uma posição epistemológica.

Contíguo a isso, Freire afirma que a consciência facilita ao ser humano a possibilidade de programar suas ações, de criar ferramentas, de elaborar finalidades e de antecipar resultados. Assim, a conscientização é um desenvolvimento crítico da tomada de consciência. Trata-se de ir além da fase crítica, na qual a realidade se torna um objeto cognoscível. Desse modo, o sujeito supera os limites da autocompreensão, projetando-se para a esfera crítica, ou seja, o sujeito

assume um papel singular de ressignificar e reconstruir o mundo. A tomada de consciência não implica, em si, a conscientização, mas é, assim, uma etapa para o seu alcance.

Nesse viés, percebe-se, nos ensinamentos, que é necessário que quem aprende desloque-se da ingenuidade para a criticidade. Esse é o chamado processo evolutivo e contínuo, no qual nunca é alcançada a chegada. Sendo assim, o que foi processo na etapa anterior permanece sendo processo na etapa seguinte, porém o que se tem é um perfil atualizado.

Freire comunga da ideia da alfabetização política, o que ele relata que pode ser a prática para a “domesticação do homem” (FREIRE, 1979, p. 16) ou para a sua libertação, pois o homem só é capaz de transformar a sua história se tiver a consciência dessa sua capacidade. Tudo gira em torno da reflexão, da clareza diante dos olhos, da capacidade de o homem olhar para as situações e de fato ter consciência do que está ocorrendo naquele momento e de suas possibilidades diante disso. Voltamos, assim, ao termo práxis humana, na qual a ação caminha ao lado da reflexão para a transformação da realidade. Desse modo, é necessário que o homem esteja consciente a ponto de intervir nas ocasiões, tornando-se agente consciente da mudança. Nesse sentido, podem-se trazer, para corroborar as afirmativas, os ensinamentos de Demerval Saviani (1943-),¹ cujo pensamento converge com o de Freire, pois ambos concebem que a educação deve partir da prática social, apresentar uma problematização e permitir a conscientização por meio da educação que transmuta a realidade.

Dados tais conceitos e entendimentos, tem-se a apresentação da metodologia destacada na aprendizagem dos adultos instituída por Paulo Freire, a qual contradizia os métodos puramente mecanicistas, comuns na época, optando-se pela democratização da cultura, da qual o aprendente não era um agente passivo do conhecimento, mas manipulador do aprendido, que se tornava também “instrumento do educando” (FREIRE, 1979, p. 22). Diante disso, foram determinadas as cinco fases de elaboração e aplicação do método.

A primeira fase do método trata da descoberta do universo vocabular, que envolve o conhecimento das palavras que fazem parte do convívio do estudante e da comunidade na qual ele está inserido para, assim, o educador determinar quais deverá utilizar durante as atividades no processo de alfabetização. Desse modo, é necessário que se conheçam os temas geradores que estão relacionados com as vivências, experiências e ambiente em que o aluno está inserido. A segunda fase está diretamente relacionada com a seleção de palavras que serão trabalhadas,

¹ Dermeval Saviani (1943 -), filósofo e professor brasileiro.

sendo necessário que elas estejam dentro do universo vocabular. Já a terceira fase trata da criação de situações existenciais típicas do grupo em que se trabalha, trazendo situações problemas que levarão os estudantes a gerar uma avaliação crítica de conscientização de suas ações diante das circunstâncias levantadas. Na quarta fase está a elaboração das fichas indicadoras que auxiliarão no debate, sendo apenas um suporte, e não um roteiro rígido e inflexível. Por fim, na quinta fase está a criação de fichas que apresentem as famílias fonéticas correspondentes às palavras geradoras. Assim, estando a equipe treinada e o material elaborado, já se pode dar início ao processo de alfabetização.

Expostas as fases do método, passa-se à aplicação, descrevendo detalhadamente a metodologia da leitura até a etapa da escrita. O que torna a discussão mais interessante é o relato do autor acerca de sua mudança de percepção sobre aprendizado no Brasil. Ele passou a entender que procurar introduzir, na consciência das pessoas, alguns símbolos associados a palavras seria mais interessante do que desafiar o espírito crítico, a consciência do homem (FREIRE, 1979, p. 26). A percepção que se tem dessa afirmativa é o que de fato acontece quando se pretende confrontar o ser humano, que indica que, para lhe fazer entender ou conviver com algo novo, há resistência e dificuldade de assimilação de algo que não lhe é comum; contudo cabe, nesse momento, emprestar o pensamento de Pierre Bourdieu (1930-2002),² que, em momentos de fala pública, bem como registrado em seu livro *Coisas Ditas* (1990), afirmou que o papel de quem transmite conhecimento é o de levar a realidade ao ouvinte, e não de acariciá-lo com o que deseja ouvir; é expor a ele o que é necessário para sua conscientização.

Em síntese, o método objetiva extinguir a memorização e adotar a análise crítica, a percepção e a conscientização do ser como agente ativo nas adversas conjunturas. Trata-se de uma educação cultural que alfabetiza. É o ensino por meio do conhecimento cultural, da bagagem trazida pelo aprendente. Diante dessa percepção, temos a possibilidade de avaliar a importância de se conhecer o seu meio e se entender parte dele, sendo capaz de atuar nas mutações desse ambiente. Nesse esteio, a educação é considerada um processo de formação multifacetado no qual é viabilizada ao sujeito, além do aprendizado das ciências, da escrita e dos cálculos, a compreensão da própria realidade, propiciando o questionamento e a crítica e assumindo, assim, o papel de prática libertadora.

² Pierre Félix Bourdieu (1930-2002), filósofo e sociólogo francês.

Por fim, a terceira seção do texto trata da práxis da libertação e, nesse contexto, são discutidas três palavras-chave. A primeira delas é a *opressão*. Segundo Freire (1979, p. 31), quem melhor a entende é o oprimido, e, para sair dessa situação, ele precisa da práxis, já que o autor entendia que alguns dos sentidos da práxis seriam a ação e reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo e lutar pela liberdade. P que geralmente acontece, No entanto, é que o oprimido se converte em opressor, não tendo a consciência de si mesmo, porque entende o opressor como ser superior e almeja ser como ele. E “isto não quer dizer necessariamente que os oprimidos não tenham consciência de que são pisados” (FREIRE, 1979, p. 31), mas, o estar imerso na realidade opressiva impede-lhes uma percepção clara de si mesmos enquanto oprimidos e, ainda, que consigam ter uma percepção clara do que está havendo. Isso não garante, entretanto, que se comprometerão com a luta pela libertação, pois a percepção apenas lhe permite, inicialmente, identificar a sua posição naquela realidade.

Freire (1979) faz alusão a Hegel (1770-1831),³ afirmando que o que caracteriza o oprimido é a subordinação à consciência do amo, e, aproveitando-se desse termo, expressa que o amo não é solidário ao oprimido, senão quando ele passa a identificá-lo como ser injustiçado, privado de suas faculdades e seu direito de alocação. Desse trecho pode-se perceber a importância da autopercepção. Não é possível se desvencilhar de uma situação da qual não se tem consciência nem se enxerga imerso. O dito refere-se ao estado de alienação em que “os oprimidos querem a todo custo parecer-se com o opressor, imitá-lo, segui-lo” (FREIRE, 1979, p. 32). “Este fenômeno é comum, o desprezo por si mesmo é outra característica do oprimido, que provém da interiorização da opinião dos opressores sobre ele” (FREIRE, 1979, p. 32). Freire alerta que só o oprimido pode libertar o opressor, libertando a si mesmo, e isso depende da ação; porém é necessário que se desperte, primeiramente, a consciência.

O tema é detalhado de forma bastante intensa, pelo que vale a pena apreciá-lo na íntegra, uma vez que a temática está na base das discussões levantadas por Freire, e não somente nesse texto, mas também em outros que vieram anteriormente, como a *Pedagogia do Oprimido*, de 1974, e a *Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido*, de 1997, que sequenciou sua trajetória, provando que, ao longo dos anos, o autor não se distanciou de seus conceitos basilares e, considerados os mais de 20 anos entre a publicação das obras no Brasil, esse é um problema não superado, que permeará por tempo indefinido o campo social.

³ Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831) foi um filósofo germânico.

A segunda palavra referenciada é a *dependência*. O educador, assim como na situação do oprimido, mostra que, quando há a situação de dependência, existem dominador e dominado, o que reflete o “contexto social amplo, mesmo sob o aspecto pessoal, e supõem que os dominados assimilem os mitos culturais do dominador” (FREIRE, 1979, p. 34), ou seja, há uma absorção de seus valores, crenças e estilos, e aquele que estava oprimido e calado permanece nessa mesma situação, o que “resulta no dualismo da sociedade dependente” (FREIRE, 1979, p. 34): o ser e não ser você mesmo. Desse modo, “a sociedade dependente é, por definição, uma sociedade silenciosa” (FREIRE, 1979, p. 34), e esse silêncio é pautado na concepção de sua voz não ser autêntica, mas um simples eco da voz da metrópole.

Ao se tratar da situação da dependência, tomando como modelo as sociedades, conforme exemplifica o autor, tem-se que as sociedades dirigidas são convencidas de sua incapacidade, tornando-se sujeitos da opressão das metrópoles, sendo que há uma relação de obediência implícita, em especial nos países subdesenvolvidos. Nessa perspectiva, o papel desses países é desconstruir a condição de insuficiência, sob a qual permeia a dependência emocional e se insere um conjunto de incapacidades e limitações nas quais se é ensinado a acreditar, permitindo que o povo de uma sociedade dependente rompa a *cultura do silêncio*, resultante do *fenômeno relacional da dependência*, e conquiste o direito da palavra. Embora os exemplos apresentados no texto sejam históricos, políticos e sociais, de maneira ampla e taxativa, é muito possível atualizar essa análise para a sociedade de hoje, passados mais de 40 anos.

A terceira e última palavra é a *marginalidade*. Entende-se que o analfabeto não é, por conceito, um marginalizado, mas assim se pode categorizá-lo por consequência de ações da sociedade, independentemente de outros fatores que implicariam essa conclusão. A marginalidade, no entanto, não é uma opção. Aquele que é marginalizado está sendo excluído de um ambiente social e mantido fora dele, sendo objeto de violência, todavia “nunca colocação em questão a própria realidade que priva os homens do direito de falar” (FREIRE, 1979, p. 39). E isso não é privilégio dos analfabetos, mas de todos que são ajustados como objeto numa relação de dependência. Nessa discussão, é possível que se levantem duas hipóteses: a primeira, de que o analfabeto é um marginalizado, a qual Freire julga como errônea; a outra, a de que os analfabetos são colocados “fora de”, tornando-se marginalizados por consequência da ação de outrem. Na primeira hipótese, os analfabetos são homens à margem da sociedade, “o processo de alfabetização reforça a mistificação da realidade” (FREIRE, 1979, p. 39), camuflando uma “consciência ‘vazia’ do aluno com inúmeras frases e palavras alienantes” (FREIRE, 1979, p.

39). Já a segunda hipótese considera os analfabetos oprimidos pelo sistema e, nesse sentido, não estão à margem da sociedade, e, sim, representam um extrato de determinado grupo dela. Desse modo, se for considerado que o analfabeto está à margem da sociedade, o que o torna um oprimido, a alfabetização em si seria a ferramenta para sua libertação.

Perante o exposto, podemos inferir que os oprimidos, os dependentes e os marginalizados necessitam tomar consciência da realidade a eles negada, pois estão apenas absorvendo aquilo que os seus opressores e dominadores expõem. É o momento de se desenvolver “o processo pelo qual aqueles que antes haviam estado submersos na realidade começam a sair, para se reinserirem nela com uma consciência crítica” (FREIRE, 1979, p. 37).

Freire defende uma educação dinâmica, pois considera que o nosso ensino sofra da “doença da narração” (FREIRE, 1979, p. 40), pela qual o professor fala da realidade como se ela fosse estática e imutável e os alunos apenas escutam, desse modo sendo enchidos de conteúdos que não refletem suas vivências. Atesta, ainda, que os métodos de ensino dos adultos jamais lhes proporcionarão uma formação crítica. Para ele, “a educação crítica é a ‘futuridade’ revolucionária. Ela é profética e portadora da esperança” (FREIRE, 1979, p. 42). É necessária a implementação do diálogo, pois esse é o encontro entre a reflexão e a ação, e é por intermédio dele que se criam as condições de confiança mútua. Além disso, retrata-se a importância da ação cultural e da revolução cultural no processo de aprendizagem e na adoção dessa nova pedagogia. Em outros termos, deve-se desconstruir o conceito da educação bancária, já discutido em outros momentos por Freire, mas que se encontra implícito nessa discussão. Para um melhor entendimento dessa máxima, na qual se explica a condição do professor como eterno depositário e do aluno como mero receptor, pode-se sugerir a leitura do livro *Educação como prática de liberdade*, de 1967. Além disso, é preciso superar o conceito de aluno como folha de papel em branco, ou como tábula rasa, se usarmos a metáfora aplicada à epistemologia de Locke (1632-1704),⁴ adotando a incontestável contribuição que o empirismo oferece ao processo de formação acadêmica e social.

A leitura do texto de Paulo Freire nos permite refletir sobre a necessidade de desenvolver a criticidade como forma de nos libertarmos da opressão, da dependência e da marginalização. É a maneira de nos conhecermos e definirmos nossas próprias culturas, nossa própria consciência e, em especial, de nos conscientizarmos do nosso papel e capacidade de ação diante da sociedade. Assim sendo, a representação do indivíduo como ser social ativo reflete

⁴ John Locke (1632-1704), filósofo inglês conhecido como o "Pai do Liberalismo".

diretamente na substância da formação acadêmica, ao passo que transcende a alfabetização, oferecendo ao próprio agente condições de se perceber em suas particularidades e exercer o senso crítico, tanto quanto a autocrítica, como ferramenta de evolução pessoal.

Considerados os saberes expostos, é tácita a atemporalidade do texto, visto que percorre os ensinamentos envoltos pela educação por mais de quatro décadas sem perder seu espaço de perícia e oferecendo a quem se envolve nessas metodologias objetos de reflexão e crítica, além de demonstrar como o processo de evolução da sociedade se dá parcimoniosamente. Ler e compreender esse conteúdo trazido por Paulo Freire é de extrema importância e recomendado para quem vislumbra atuar na Educação, pois é preciso compreender além do que se vê, e ter consciência é, sem dúvida, um acertado primeiro passo para esse propósito.

Destaca-se, não obstante, a relevância da aplicação dos conceitos por Freire empregados no atual momento político-social, haja vista as mudanças governamentais, que partem de premissas neoliberalistas para uma nova gestão democrático-popular, pois sabe-se que são oposições declaradas, podendo-se esperar alterações consideráveis nas políticas sociais e educacionais. Essas mudanças necessitarão de aporte teórico e senso crítico para se distinguir o que é oposição pura e o que é realmente necessário para uma evolução do sistema educacional brasileiro.

Ademais, é indiscutível que o movimento por ele iniciado em 1962 se reflete nos debates e práticas educacionais atuais, conquistando seguidores e perseguidores das concepções desenvolvidas, sendo que os pensamentos opostos à filosofia freiriana também podem ser considerados resultados positivos do que se pregava, já que o objetivo sempre foi libertar os sujeitos da realidade opressiva e da iniquidade por meio da educação, resultando em indivíduos preparados para a seletividade. É desse modo que o educador corrobora a ideia de que a educação é a real prática da liberdade, e isso é consequência da conscientização, ou seja, do estágio que se alcança ao aproximar-se criticamente da realidade.

Referências

BOURDIEU, P. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. Cortez & Moraes, 1979, 53p.

SILVA, R. R.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido.** São Paulo: Paz e Terra, 1997, 245p.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** São Paulo: Paz e Terra, 1974, 253p.

LOCKE, J. **Ensaio acerca do entendimento humano.** Rio de Janeiro: Nova Cultura Editora, 1999.

SAVIANI, D. **Educação: do senso comum à consciência filosófica.** Autores Associados: Campinas, 2021.

SAVIANI, D. Pedagogia: o espaço da educação na universidade. **Cadernos de pesquisa.** v. 37, 2007, p. 99-134.